

Patronato Nossa Senhora das Dores

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019

ANEXO

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Patronato Nossa Senhora das Dores é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º187, II Série de 13/08/1949, com sede na Rua Dr. Correia de Miranda, n.º27, em Travassô - Águeda. A instituição desenvolve atividades de apoio social para pessoas idosas, nomeadamente através do serviço de Apoio Domiciliário, bem como atividades de apoio social para crianças e jovens, através das respostas sociais Creche, Jardim de Infância e ATL.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adaptada para a Norma Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), de acordo com o disposto no n.º2 do artigo 3º do Decreto-lei n.º158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º98/2015, de 2 de Junho e da portaria n.º258/2015, de 29 de Julho.

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não aplicável.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quintas relativas ao período anterior tenham sido ajustadas.

Todas as rubricas das Demonstrações Financeiras são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e dos seguintes princípios contabilísticos,

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “créditos a receber” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa estimados sempre que possa ser medido de forma viável.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.5. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não aplicável.

3.6. Alterações nas estimativas contabilísticas: Indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não aplicável.

3.7. Correção de erros de períodos anteriores: Indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não aplicável.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1. Divulgação para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

4.1.2. Os métodos de depreciação usados.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

4.1.3. As vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Activos Fixos Tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	-
Outros activos fixos tangíveis	3 a 4

4.1.4. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações.

	Ativos Fixos Tangíveis					Quantia escriturada 31/12/2019
	Quantia escriturada 31/12/2018	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Depreciações	
Terrenos e recursos naturais	88 155,00					88 155,00
Edifícios e outras construções	800 488,19				21 400,06	779 088,13
Equipamento básico	2 869,94	2 814,00			751,69	4 932,25
Equipamento de transporte	7 251,22	-			4 834,14	2 417,08
Equipamento administrativo	-				-	-
Outros activos fixos tangíveis	1 009,13	3 700,00			827,99	3 881,14
	899 773,48	6 514,00	-	-	27 813,88	878 473,60

4.1.5. Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

Não aplicável.

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos.

Não aplicável.

4.3. Itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas.

Não aplicável.

5. Ativos Intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

5.1.1. Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Não aplicável.

5.1.2. Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas.

Não aplicável.

5.1.3. Reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações.

Não aplicável.

5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos.

Não aplicável.

6. Custos de Empréstimos Obtidos

6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Não aplicável.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

7. Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. As saídas em armazém são valorizadas ao custo médio ponderado.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade; e

7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Inventários							
	Inventário em 01/01/2017	Compras	Reclassificação e regularizações	Inventário em 31/12/2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2019
Matérias primas e consumíveis	1 909,60	44 769,84		1 361,63	47 325,66	-	1 361,63
Produtos e trabalhos em curso				-			-
Produtos acabados				-			-
Mercadorias				-			-
	1 909,60	44 769,84		1 361,63	47 325,66		1 361,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				45 317,81			47 325,66
Variações nos inventários da produção				-			-

8. Rendimentos e Ganhos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, relativamente aos serviços prestados aos utentes da instituição, bem como os subsídios mensais recebidos dos acordos com a Segurança Social.

	Réditos			
	2018		2019	
	Mercado Nacional	Total	Mercado Nacional	Total
Venda de bens	-	-	-	-
Prestação de serviços	163 447,55	163 447,55	172 201,93	172 201,93
Quotas dos utilizadores	163 447,55	163 447,55	172 201,93	172 201,93
Quotas e jóias	-	-	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-
Royalties	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-

8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou de gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Não aplicável.

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no começo e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Não aplicável.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço.

Não aplicável.

9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

Não aplicável.

9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.

Não aplicável.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidas nos fundos patrimoniais.

	Subsídios		
	Balanço		
	Fundos Patrimoniais		
	Quantia Escriturada 31/12/2018	Reduções	Quantia Escriturada 31/12/2019
Subsídios relacionados com activos			
Subsídio PIDAC 2006	72 853,35	1 533,76	71 319,59
Subsídio Obras CMA	23 750,00	500,00	23 250,00
Subsídio Particulares	14 791,18	311,39	14 479,79
Total	111 394,53	2 345,15	109 049,38

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Não aplicável.

10.3. Principais doadores/fontes de fundos.

Não aplicável.

11. Instrumentos Financeiros

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

As dívidas de utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

Não aplicável.

11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rúbrica dos fundos patrimoniais.

Fundos Patrimoniais				
	Quantia Escriturada 31/12/2018	Aumentos	Reduções	Quantia Escriturada 31/12/2019
Fundo Social	148 139,31			148 139,31
Resultados Transitados	621 744,76	23 686,60	781,12	644 650,24
Ajustamentos/Outras Variações fundos patrimoniais	112 175,65		3 126,27	109 049,38
Total	882 059,72	23 686,60	3 907,39	901 838,93

11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros e termos e condições relativos à garantia penhor ou promessa de penhor.

Não aplicável.

11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

11.5.1. Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.

Não aplicável.

11.5.2. Quantia das dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

Não aplicável.

11.6. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano.

A instituição tem no balanço dívidas a instituições bancárias, registadas na rubrica de empréstimos obtidos, e cujo contrato é superior a um ano.

Os valores registados são:

Empréstimos e Descobertos Bancários		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-
Descobertos Bancários	-	-
Outros Empréstimos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários	18 750,00	-
Descobertos Bancários	-	-
Livranças	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-
Locações Financeiras	4 472,48	1 418,60
Outros Empréstimos	1 300,00	1 300,00
	<u>24 522,48</u>	<u>2 718,60</u>
	24 522,48	2 718,60

Prazo de Reembolso dos Empréstimos				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos Bancários	-	-	-	-
Descobertos Bancários	-	-	-	-
Livranças	-	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-	-
Locações Financeiras	1 418,60	1 418,60	-	-
Outros Empréstimos	1 300,00	1 300,00	-	-
	2 719,00	2 719,00	-	-

12. Benefícios dos empregados

12.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número dos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e de alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 28.

Os órgãos diretivos da entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Os órgãos diretivos são constituídos pela Direção em 5 elementos e o Conselho Fiscal por 3 elementos.

12.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não aplicável.

12.3. membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

12.3.1. Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

Não aplicável.

13. Acontecimentos Após a Data do Balanço

13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data de balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Não se registaram até á data quaisquer eventos subseqüentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras do exercício de 2019, foram aprovadas pela Direção em 22 de Junho de 2020.

14. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

14.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como gasto durante o período.

Não aplicável.

14.2. Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras Divulgações

Por forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros.

Não aplicável.

15.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.

Não aplicável.

15.3. Créditos a receber.

Para os períodos de 2018 e 2019 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Créditos a Receber		
	2018	2019
Ativo Corrente		
Utentes	6 510,50	10 240,10
Adiant. e outras operações com o pessoal		
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber		
Facturação a emitir		
Outros acréscimos de rendimentos	2 065,05	1 586,25
Outros Devedores	5 264,33	-
	13 839,88	11 826,35

15.4. Diferimentos.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos		
	2018	2019
Ativos		
Gastos a Reconhecer	4 683,05	3 896,46
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer	-	-
	4 683,05	3 896,46

15.5. Caixa e Depósitos à Ordem.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e seus Equivalentes		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Caixa	5 235,12	2 491,19
Depósitos à Ordem	76 009,97	102 423,21
	<u>81 245,09</u>	<u>104 914,40</u>

15.6. Fornecedores.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” apresentava em 2018 e 2019 os seguintes saldos:

Fornecedores		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Fornecedores, Conta Corrente	5 926,46	3 743,64
Fornecedores, títulos a pagar	-	-
Fornecedores, facturas em rec. e conf.	-	-
	<u>5 926,46</u>	<u>3 743,64</u>

15.7. Estado e Outros Entes Públicos.

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava os seguintes saldos em 2018 e 2019,

Estado e Outros Entes Públicos		
	2018	2019
Finanças	2 215,65	1 882,50
Segurança Social	11 835,90	13 033,19
	<u>14 051,55</u>	<u>14 915,69</u>
	2017	2018
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar	-	-
IRC – Pagamento por Conta	-	-
Retenção imposto s/ rend.	-	-
IVA - A Recuperar	2 513,19	-
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Seg. Social	-	-
	<u>2 513,19</u>	<u>-</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	-	-
Retenção imposto s/ rend.	2 215,65	1 882,50
IVA - A Pagar	-	-
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Seg. Social	11 835,90	13 033,19
Contribuição p/ Seg.Social - prestac	-	-
	<u>14 051,55</u>	<u>14 915,69</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestac	-	-
	<u>14 051,55</u>	<u>14 915,69</u>

15.8. Outras Contas a Pagar e Outros Passivos Correntes.

A rubrica "Outras Contas a Pagar" desdobra-se da seguinte forma,

Outras Contas a Pagar		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Não Correntes		
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Acréscimos rendimentos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Corrente		
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Empresas do Grupo e Participadas	-	-
Outros accionistas	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	49 367,82	49 703,69
Juros a liquidar	-	-
Outros acréscimos de gastos	602,34	-
Outros Credores	-	-
	<u>49 970,16</u>	<u>49 703,69</u>
	<u>49 970,16</u>	<u>49 703,69</u>

15.9. Subsídios, doações e legados à exploração.

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados,

Subsídios, Doações e Legados à Exploração		
Demonstração dos Resultados		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Segurança Social, I.P.	314 037,52	317 699,92
Autarquias	18 180,00	21 702,00
I.E.F.P.	1 460,55	52,29
Reembolso de Impostos	-	-
Donativos	624,76	5 175,28
Total	334 302,83	344 629,49

15.10. Gastos com pessoal.

A rubrica “Gastos Com Pessoal”, apresentava em 2018 e 2019, os seguintes valores,

Gastos com o Pessoal		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	285 232,55	286 149,55
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Encargos sobre Remunerações	62 000,42	61 748,26
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	2 390,52	3 282,74
Outros gastos com Pessoal	1 217,92	1 153,51
	350 841,41	352 334,06

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentava em 2018 e 2019 os seguintes valores,

Fornecimentos e Serviços Externos		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Subcontratos	7 234,00	7 450,66
Trabalhos Especializados	1 959,58	4 076,85
Vigilância e Segurança	894,41	209,10
Honorários	1 537,50	676,50
Conservação e Reparação	7 338,48	7 067,95
Serviços Bancários	194,22	99,02
Outros Serviços	204,00	-
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	2 544,09	3 504,30
Material de Escritório	532,35	551,80
Artigos P/Oferta	30,00	19,90
Outros Materiais	798,26	754,82
Electricidade	7 802,62	7 386,51
Combustíveis	3 560,67	3 504,38
Água	3 811,31	4 007,28
Outros Fluídos	9 107,68	9 791,73
Deslocações e Estadas	2 355,75	2 088,95
Comunicação	1 495,50	1 758,46
Seguros	3 280,74	4 924,11
Contencioso e Notariado	204,00	310,52
Limpeza, Hig. Conforto	3 118,51	4 936,60
Outros Serviços	835,55	653,63
Total	58 839,22	63 773,07

15.12. Outros gastos.

A rubrica de "Outros gastos" registou os seguintes valores em 2018 e 2019,

Outros Gastos		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Impostos	133,80	73,80
Outros	324,00	670,03
Total	457,80	743,83

15.13. Outros rendimentos.

A rubrica de "Outros Rendimentos" registou em 2018 e 2019, os seguintes valores,

Outros Rendimentos		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Rendimentos Suplementares	5 952,96	1 255,24
Descontos de P.P. Obtidos	35,47	78,81
Recuperação Dívidas a Receber	-	-
Ganhos Inventários	586,60	-
Donativos	-	-
Imputação Subs. Investimento	1 172,58	2 345,15
Correc. Relat. Exerc. Anteriores	781,12	-
Outros Rendimentos	-	60,34
Total	8 528,73	3 739,54

15.14. Resultados financeiros

Nos períodos de 2018 e 2019, foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares,

Gastos e Rendimentos Financeiros		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Gastos de financiamento		
Juros suportados	896,89	363,64
Total	896,89	363,64
Juros, div. Outros rend. Similares		
Juros obtidos	-	-
Total	-	-

Travassô, 22 de Junho de 2020

A Direção

x Zélic Maria Rosa Esteves
 x José Hílio de Oliveira Moura